

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.228 - PR (2019/0338367-4)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES
RECORRIDO : ASSOCIACAO DOS MORADORES URBANOS DE QUEDAS DO IGUACU
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. ÓRGÃO. RENAJUD. DESNECESSIDADE.

Como o Decreto nº 8.789, de 2016, estabelece o compartilhamento de dados entre os órgãos e entidades da administração pública federal, dentre os quais se encontram os dados sobre veículos, desnecessária a intervenção do Poder Judiciário para que realize a consulta ao sistema Renajud, devendo a autarquia exequente trazer aos autos a informação sobre veículo do executado, para fim de efetivação da restrição por parte do Juízo" (fl. 20e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 27/31e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO.

A citação expressa dos dispositivos legais e constitucionais no corpo do acórdão é desnecessária, pois o juiz não está obrigado a responder todas as alegações da parte, quando encontrar fundamento suficiente para embasar a sua decisão" (fl. 52e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 1.022, 139, 797, 831 e 837, todos do CPC/2015, e 10 da Lei 6.830/80.

Sustenta, de início, a existência de omissão, não suprida em sede de Embargos de Declaração, quanto a "incidência dos arts. 797 e 831 do CPC e art. 10 da LEF, sem que haja necessidade de esgotamento de diligências pelo exequente" (fl. 60e).

Assevera, de outra parte, o seguinte:

"Como visto, o pedido de RENAJUD restou indeferido, ao fundamento de que a parte teria acesso às informações do RENAVAM, havendo compartilhamento de dados entre órgãos da administração federal.

Por certo, não consta das fontes de pesquisa e manejo disponíveis à PGF o RENAJUD (quando muito, se tem à disposição o DETRAN e o Infoseg, mas tão somente para consultas, sem o amplo alcance dos convênios exclusivos do Poder Judiciário).

Nem poderia ser diferente, pois o RENAJUD é um sistema on-line de restrição judicial de veículos criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Em resumo, é uma ferramenta eletrônica que permite consultas e envio, em tempo real, à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), de ordens judiciais eletrônicas de restrições de veículos – inclusive registro de penhora, impondo, com isso, maior celeridade à execução fiscal.

Cabe ressaltar que a medida revela utilidade mesmo que já tenha sido empreendida consulta à base de dados do DETRAN Estadual, uma vez que o RENAJUD viabiliza a pesquisa e imediato bloqueio de veículos em todo o território nacional, impedindo sejam os bens transferidos a terceiros, com evidente prejuízo ao crédito em execução.

Ou seja, o pedido do exequente, de acesso ao sistema RENAJUD, tem por objetivo tanto a localização de veículos em todo o território nacional, quanto o imediato bloqueio de transferência, e tais providência somente são possíveis mediante atividade judicial.

De se ver que não houve nos autos ainda a consulta ao sistema judicial em liça para a detecção de veículos penhoráveis, devendo o Juízo, portanto, em observância à celeridade e economia processuais firmar desde logo as pesquisas perante o RENAJUD.

Doutro vértice, as ferramentas de pesquisas via BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD têm seu manejo garantido em face de parceria firmada entre o CNJ e o Banco Central e outros órgãos, sendo utilizadas pelo Poder Judiciário a tempos, sendo que, com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil houve expressa menção acerca da sua utilização. Veja-se o artigo 837, do caderno processual:

(...)

Estando disponível o Sistema RENAJUD apenas ao Poder Judiciário, a medida deve ser efetivada pelo juízo e oportunizada à parte para a

satisfação do seu direito, realizando-se, pois, as medidas executivas, coercitivas e mandamentais com a máxima eficiência (processual) possível e menor dispendiosidade ao credor:

(...)

Ora, os meios eletrônicos simplificam e agilizam o processo executivo, conforme entendimento consolidado no STJ (RESP 1.582421, AgInt no REsp 1636161 AgRg no REsp 1.322.436, Rel.Min. Assusete Magalhães, DJe 17.08.2015; REsp 1.522.644, Rel. Min.Humberto Martins, DJe 01/07/2015; AgRg no REsp 1.522.840; Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 10/06/2015; REsp 1.522.678, Rel. Min.Herman Benjamin, DJe 18/05/2015).

A consulta aos sistemas eletrônicos foi colocada exclusivamente à disposição da autoridade judiciária, para dar celeridade e efetividade a tais processos executivos, sem necessidade de esgotamento pelo credor dos meios possíveis na procura do endereço ou bens do devedor.

Aliás, quanto ao ponto (desnecessidade de esgotamento de diligências), o STJ já firmou entendimento em sede de recurso repetitivo:

(...)

Portanto, ao impedir o acesso ao RENAJUD, acaba a decisão recorrida por impedir a penhora e prejudicar, em consequência, a satisfação do crédito no interesse no credor (art. 797 do CPC). Como bem consignam os arts. 10 da LEF e 831 do CPC, todos os bens do executado estão sujeitos à penhora.

(...)

E é justamente o RENAJUD que mais prestigia o princípio da efetividade processual, não podendo a sua utilização ser declinada pelo Juízo.

Observe-se que atualmente o processo executivo busca o princípio do resultado, e a utilização de mecanismo como o RENAJUD ganha relevo na cobrança de créditos tributários, derivada do dever fundamental de pagar tributos. Não há, também, razão para impor à Fazenda Pública a promoção de diligências dispendiosas, se existem sistemas criados especialmente para simplificar e agilizar a obtenção de informações acerca dos bens do devedor.

(...)

Enfim, importante ponderar que o indeferimento de bloqueio de bens junto ao sistema RENAJUD é manifestamente contrário ao disposto no artigo 797 do Código de Processo Civil, que dispõe que a execução se realiza no interesse do credor" (fls. 61/66e).

Por fim, requer "o conhecimento e o provimento do presente Recurso Especial, para anular ou reformar a decisão" (fl. 66e).

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 70e).

A irresignação merece prosperar.

Em relação ao art. 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

Acerca da controvérsia, constou do acórdão recorrido:

"Considerando que o sistema Renajud é ferramenta que permite a comunicação eletrônica entre o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN; que a Fazenda Nacional tem acesso às informações constantes do RENAVAM (cf. Portaria DENATRAN nº 60, de 2010); que a procuradoria tem acesso ao sistema do DETRAN (cf. Ofício 00015/2017/GAB/PFPR/PGF/AGU); e que o Decreto nº 8.789, de 2016 estabelece o compartilhamento de dados entre os órgãos e entidades da administração pública federal, não restou demonstrada a necessidade de o Poder Judiciário fazer a pesquisa em lugar da exequente para a obtenção da informação da existência de veículos de propriedade do executado.

Acresce que a decisão agravada expressamente estabeleceu que, uma vez informado pela exequente a existência de veículo de propriedade do executado, o Juízo então acessará o sistema Renajud para efetivar a restrição.

Portanto, não foram apresentados motivos suficientes à reforma da decisão agravada" (fls. 22/23e).

Contudo, constata-se que o acórdão recorrido está em dissonância do

entendimento desta Corte, na linha do entendimento pretoriano já consagrado em relação ao BACENJUD, no sentido da desnecessidade de prévio esgotamento de medidas tendentes à localização de bens do executado, para o fim de possibilitar a utilização do INFOJUD e do RENAJUD.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CONSULTA AO SISTEMA INFOJUD. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DAS DILIGÊNCIAS A FIM DE LOCALIZAR BENS DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

1. A parte recorrente sustenta que o art. 535, II, do CPC foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF.

2. A instância de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não emitiu juízo de valor sobre o art. 620 do CPC/1973 (princípio da menor onerosidade) e 185-A do CTN (cabimento da indisponibilidade dos bens).

3. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ.

4. O acórdão recorrido consignou: "A questão centra-se na insatisfação das agravantes ante a decisão monocrática que negou seguimento ao Agravo de Instrumento, mantendo a decisão agravada que deferiu a penhora "on line" pelo sistema BACEN-JUD. (...) Quanto ao bloqueio dos depósitos bancários, não restou comprovado a natureza salarial dos valores bloqueados, sendo certo que a matéria não comporta mais discussão, pois em Recurso Repetitivo (STJ REsp 1, 112.943-MA, Rei, Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010), ficou sedimentado o entendimento da possibilidade da penhora "online" pelo sistema BACENJUD, sem a necessidade prévio exaurimento na busca de outros bens do executado, colacionando para tanto, julgados que perfilham este entendimento." (fl. 614, e-STJ)

5. O Tribunal a quo está em consonância com o Superior Tribunal de Justiça que em precedente submetido ao rito do art. 543-C firmou entendimento segundo o qual é

desnecessário o esgotamento das diligências na busca de bens a serem penhorados a fim de autorizar-se a penhora on-line (sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD), em execução civil ou execução fiscal. (AgInt no REsp 1.184.039/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 4/4/2017).

6. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.724.422/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SISTEMAS BACEN-JUD, RENAJUD OU INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a utilização dos sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD não estaria condicionada ao esgotamento de diligências.

2. Sendo assim, o Tribunal a quo, ao concluir pelo esgotamento de diligências para a utilização do sistema INFOJUD, decidiu em confronto com a jurisprudência desta Corte. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.322.436, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe 17/8/2015; REsp 1.522.644, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 1º/7/2015; AgRg no REsp 1.522.840; Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 10/6/2015; REsp 1.522.678, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 18/5/2015.

3. Recurso especial a que se dá provimento" (STJ, REsp 1.703.669/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/02/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE.

I - O STJ posiciona-se no sentido de que o entendimento adotado para o Bacenjud deve ser aplicado ao Renajud e ao Infojud, haja vista que são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados.

II - Atualmente, a questão se encontra pacificada, nos termos do precedente fixado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.112.943/MA, sujeito ao rito dos recursos repetitivos.

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de

19/04/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. **PESQUISA DE BENS VIA INFOJUD. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS.**

1. Não ocorre contrariedade ao art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu exame, como ocorreu na espécie.

2. **'O STJ posiciona-se no sentido de que o entendimento adotado para o Bacenjud deve ser aplicado ao Renajud e ao Infojud, haja vista que são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados' (AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017).**

3. Recurso especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.667.420/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/06/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, de modo a autorizar, no caso, a utilização do sistema RENAJUD.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora